

HABEAS CORPUS Nº 426.144 - SP (2017/0304577-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : RODRIGO FLORIANO DE SOUZA LIMA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RODRIGO FLORIANO DE SOUZA LIMA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado por RODRIGO FLORIANO DE SOUZA LIMA em benefício próprio no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado de Execução n. 7000929-31.2016.8.26.0590).

Narra o impetrante/paciente, em petição de próprio punho, que obtivera do Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de São Vicente/SP a progressão do regime fechado para o semiaberto.

Acrescenta que o Ministério Público estadual, irresignado, interpôs agravo de execução criminal, por entender que o paciente não preenchia o requisito subjetivo para a progressão de regime, tendo o Tribunal de origem dado provimento ao recurso, a fim de retornar o paciente ao regime fechado e determinar a realização de exame criminológico, conforme acórdão assim ementado, retirado do sítio eletrônico do Tribunal de origem:

PENAL. EXECUÇÃO DE PENA. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. CONCESSÃO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Agravo arguindo preliminar de nulidade por ausência de avaliação psiquiátrica no exame criminológico, e, no mérito, visando à cassação da progressão ao regime, com pleito subsidiário para novo exame com laudo psiquiátrico. Cabimento, com afastamento da preliminar. 1) Ausência de exame psiquiátrico. Nulidade. Inocorrência. É preciso interpretar os art. 8º e 112 da LEP de forma sistemática. A inexistência de laudo psiquiátrico não inquinou a decisão de nulidade, em qualquer grau, vez que a determinação pela realização da prova, na ótica trazida pela Lei nº 10.792/2003, continua a integrar a prerrogativa instrutória do julgador (art. 196, § 2º, da LEP), sendo excepcional a disponibilidade de médico psiquiatra no sistema penitenciário. Prejuízo inexistente, não apontado, nem demonstrado, nesse ponto (art. 563 do CPP). Preliminar afastada. 2) Cassação do benefício. Princípio do in dubio pro societate. Cabimento. Ante a presença de fatores que inquinam

com a dúvida a viabilidade da benesse, exige-se o retorno do agravado ao regime fechado. Reincidente específico. Prática delitiva no gozo da progressão ao regime intermediário anteriormente deferido. Habitualidade criminosa pela persistência em crimes contra o patrimônio, invariavelmente com violência/grave ameaça à pessoa (roubos). Toxicomania não avaliada de forma conclusiva nos exames técnicos. Potencialização de riscos sociais no deferimento prematuro do benefício (TCP previsto para 2025). Mérito provido. 3) Pedido subsidiário. Sucumbência. Decai, no deferimento do pedido principal, o interesse recursal pela realização de exame munido de laudo psiquiátrico. Pedido prejudicado. Provido o agravo, porém afastada a preliminar e prejudicado o pedido subsidiário.

No presente *writ*, o impetrante/paciente busca o restabelecimento da decisão proferida pelo Juízo da execução que determinou sua progressão de regime prisional.

A liminar foi indeferida às e-STJ fls. 28/30.

As informações foram prestadas às e-STJ fls. 36/50 e 56.

Intimada, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo manifestou-se pela concessão da ordem, para a manutenção da progressão de regime deferida em primeiro grau (e-STJ fls. 64/66).

O Ministério Público Federal, às e-STJ fls. 69/75, manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus*.

É o relatório.

O *habeas corpus* está prejudicado.

Com efeito, em contato telefônico com a Vara de Execuções Criminais da Comarca de São Vicente/SP (Execução n. 1.009.836), foi obtida a informação de que o exame criminológico foi realizado em 17/8/2018, encontrando-se o paciente, atualmente, em regime semiaberto.

Assim, diante dessa nova realidade fático-processual do paciente, é forçoso reconhecer a perda superveniente de objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o paciente.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

